



<b>CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO</b>	
<b>Depoimento n°: 015</b>	<b>Data: 13/08/2018</b>
<b>Local: Residência do Colaborador - Florianópolis</b>	<b>Duração: 2h32min</b>
<b>COLABORADOR</b>	
<b>ADELMAR SILVEIRA SABINO - Ex-Diretor-Geral da Câmara dos Deputados</b>	
<b>SUMÁRIO</b>	
<b>Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.</b>	
<b>TÓPICOS</b>	
<b>I. A administração da Câmara</b>	
1. De Florianópolis a Brasília; 2. Ingresso na Câmara; 3. Carreira na Câmara; 4. O convite para ser Diretor-Geral; 5. A transição da Câmara do Rio de Janeiro para Brasília; 6. A questão da acomodação dos deputados; 7. O empréstimo de dinheiro a deputados; 8. O IPC – Aposentadoria dos Deputados; 9. A CPI do Orçamento; 10. O controle dos gastos; 11. Os deputados são os patrões; 12. A bancada do Sabino; 13. Pagamentos; 14. Os feitos mais relevantes na administração da Câmara dos Deputados; 15. A administração do serviço de restaurante pela Ascade; 16. O pagamento da Câmara no Governo Collor; 17. A devolução de dinheiro do Orçamento pelo Senado; 18. A informatização; 19. A preservação da memória; 20. A comunicação; 21. Nomeação problemática no Cedi; 22. Os índios; 23. A relação com o Sindilegis; 24. Os presidentes da república e o Diretor-Geral da Câmara; 25. O bom trânsito na administração pública; 26. O atendimento das demandas; 27. Qualidades do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados; 28. A saída do cargo de Diretor-Geral; 29. Depois da Diretoria-Geral; 30. Ontem e hoje na administração da Câmara dos Deputados.	
<b>II. A Diretoria-Geral na Constituinte</b>	
1. Visão geral da Constituinte; 2. A segurança da Constituinte; 3. A concentração das atividades na Câmara; 4. As instalações e as reclamações; 5. A atuação dos servidores para a Constituinte; 6. O poder administrativo; 7. Gratificação; 8. A montagem da equipe diretora na administração de Ulysses Guimarães; 9. A relação Diretoria-Geral e Presidência; 10. O lobby;	



11. Bernardo Cabral; 12. As medalhas comemorativas da Constituição; 13. Medalha recebida do Tribunal de Contas de SC; 14. Temas mais importantes discutidos na Constituinte; 15. Avaliação da Constituinte.

### **1. De Florianópolis a Brasília**

Eu trabalhava num banco industrial<sup>1</sup>, que depois foi absorvido, acho que pelo Bradesco. Comecei aqui em Florianópolis e fui transferido para Brasília. Isso foi em 1960. Morar nos anos 60 em Brasília era bom. Um negócio diferente. Era um faroeste danado! A cidade, naquela época, era mais no Núcleo Bandeirante, que chamavam de Cidade Livre, onde havia mais movimento. As coisas eram ali. Brasília era realmente bem pequena. A Asa Norte quase não existia. A W3 da Asa Sul tinha asfalto só até metade. Cresceu muito, cresceu demais. Hoje está uma bela cidade. Eu gostava muito de morar lá. Aqui também é bom.

### **2. Ingresso na Câmara**

Depois, eu fiz o concurso da Câmara e entrei<sup>2</sup>. O banco era muito bom, eu estava bem no banco, mas depois o banco foi vendido. Na iniciativa privada a gente pode se dar bem, mas a questão de segurança é outra. Havia uns contratos de escriturário reserva. Era o inicial. O concurso, naquela época, também não era tão difícil, havia menos gente. Hoje, os concursos de lá têm 50 mil, 100 mil candidatos. É uma competição enorme! Aliás, não é só lá. Em qualquer lugar hoje. Outro dia, fizeram aqui um concurso para a Polícia Civil, com salário de três mil e poucos reais, quatro mil reais, e havia 50 mil candidatos. Aqui!

### **3. Carreira na Câmara**

Primeiro, quando entrei, fui para o Departamento de Pessoal. Logo em seguida, fui para a Comissão de Orçamento da Câmara, que era a Comissão mais forte naquela época. Depois, fui chefe de gabinete do Quarto Secretário, em três gestões: do Deputado Dib Cherem<sup>3</sup>, que era daqui, do Léo Simões<sup>4</sup>, do Rio de Janeiro, e do José Camargo<sup>5</sup>, de São Paulo. Dali, fui para o

<sup>1</sup> Banco de Indústria e Comércio de Santa Catarina. Foi adquirido em 1968 pelo Bradesco.

<sup>2</sup> Cargo de escriturário reserva em 1961, efetivado em 1962.

<sup>3</sup> Dib Cherem (1929-2004). Deputado Federal – SC (1971-1975; 1975-1979).

<sup>4</sup> Léo Simões (1929-2011). Deputado Federal – GB (1971-1975; 1975-1979); Deputado Federal – RJ (1979-1983; 1983-1987).

<sup>5</sup> José de Camargo (1928-). Deputado Federal – SP (1971-1975; 1975-1979; 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991).



---

Departamento de Comissões. Fui Diretor do Departamento de Comissões. Depois, Diretor Administrativo, e depois Diretor-Geral<sup>6</sup>. De certa maneira, acho que todo funcionário tem vontade de chegar ao cargo mais alto. Eu também tinha. Deu certo. Eu consegui.

#### **4. O convite para ser Diretor-Geral**

A Comissão de Orçamento, onde eu trabalhava, dava muita visibilidade e dava muito entrosamento com os deputados. Ali, na Comissão de Orçamento, eu acho que me saí bem. Depois, o Dr. Flávio Marcílio<sup>7</sup>, que já tinha sido Presidente, foi reeleito. Eu já tinha com ele uma boa amizade. E aí veio o convite. Acho que surpreendeu algumas pessoas lá, um grupo lá da cúpula não queria muita mudança. Então, a minha nomeação para Diretor não interessava, porque achavam que eu ia querer mexer nas coisas, mudar. Foi o que de fato ocorreu. Mas o Dr. Flávio me convidou bastante tempo antes de ser eleito. Depois, houve algumas resistências. Eu cheguei a ele e disse: “*Dr. Flávio, esquece isso. Não estou morrendo de amores pela Diretoria-Geral, não*”. Mas ele insistiu e acabou fazendo a nomeação. Acho que deu certo, porque consegui ficar 20 anos num cargo de confiança. Acho que passei por oito Presidentes.

#### **5. A transição da Câmara do Rio de Janeiro para Brasília**

Quem fez realmente a transição não fui eu, foi o então Diretor-Geral, o Dr. Luciano Brandão<sup>8</sup>. Ele que fez essa mudança do Rio para Brasília. Foi ele. Eu já peguei a coisa mastigada. Já estava pronta. O Dr. Luciano se houve muito bem nisso aí. Eu já peguei isso pronto. Quando fui nomeado Diretor-Geral, eu tinha escritório no Rio, no Palácio Tiradentes. De vez em quando, ia lá. Ainda havia muita coisa no Rio, muitas repartições no Rio.

#### **6. A questão da acomodação dos deputados**

A grande dificuldade ali na época era a moradia. Tanto para deputado quanto para funcionário, era a coisa mais complicada. Aliás, a questão da moradia sempre foi problemática.

---

<sup>6</sup> Posse em 1983.

<sup>7</sup> Flávio Portela Marcílio (1917-1992). Deputado Federal – CE (1963-1967; 1967-1971; 1971-1975; 1975-1979; 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991). Foi eleito presidente da Câmara dos Deputados para os períodos de 28 de fevereiro de 1973 a 2 de fevereiro de 1975; 2 de fevereiro de 1979 a 26 de fevereiro de 1981; e de 2 de fevereiro de 1983 a 28 de fevereiro de 1985.

<sup>8</sup> Luciano Brandão Alves de Souza (1924 -2018). Foi o secretário do Grupo de Trabalho incumbido da transferência da Câmara para o Planalto Central (1958 a 1960) e diretor-geral da Câmara dos Deputados no período de 1964-1977 e Ministro do TCU no período de 1977-1994.



Às vezes, quando havia uma reclamação, saía na imprensa, o deputado não queria morar no prédio tal, e o prédio ficava abandonado porque ficava perto do bar ou ficava longe ou havia alguma coisa assim. Tinham que fazer uma reorganização.

São 420 apartamentos, se não me engano, para 513 deputados. Há um déficit de quase cem moradias. Brasília tem a época da seca, em que não chove, há uma insolação muito grande. Há prédios que, de acordo com a posição são melhores que outros. Um bloco na 302 Norte recebeu o apelido de Piauí. Ninguém queria ficar lá por causa do calor. Era um negócio insuportável! Então o apelidaram de Piauí. Havia prédios mais bem localizados na Asa Sul. O Luciano brincava comigo, na época. O deputado chegava, e ele dizia: *“Como é que o senhor prefere? Andar alto, andar baixo, com sol da manhã ou sol da tarde?”* Não havia nada disso.

As dificuldades em relação ao espaço sempre ocorriam no primeiro ano da legislatura, quando chegavam os novos deputados. Geralmente há uma renovação de 45%, 50%, e isso aí significa mais de 200 parlamentares que vão embora e 250 novos que chegam. A dificuldade muito grande é que, no primeiro momento, os deputados querem apartamento — esse é realmente o problema mais complicado — e gabinete também. Nós temos gabinetes no Anexo IV, que são os melhores, com banheiro e instalações melhores, e no Anexo III, em que foi feita uma adaptação, mas não têm banheiro. A gente dizia: *“Mas ali é mais bem localizado, porque é pertinho das Comissões, de restaurante”*. Então, havia dificuldade no primeiro mês, no segundo mês. Geralmente, os deputados passavam de um para outro, e a gente deixava. Era o melhor caminho: o deputado passava o apartamento, deixava o apartamento para o outro. Todos os dois têm direito. Há também alguns que elegem filhos, parentes, sobrinhos. Então, o primeiro mês era aquela confusão, aquela correria, mas depois de um mês, um mês e meio, dois meses, estava todo mundo acomodado. Era uma confusão até interessante, engraçada. Depois, a aviação melhorou muito os voos, e os deputados passaram a não fazer muita questão de morar em Brasília. Tem voo hoje para todo lugar. Antigamente, não. No começo era mais difícil ter voo. Daqui de Florianópolis acho que tinha um voo diário, hoje tem quatro, cinco, seis, sei lá.

## **7. O empréstimo de dinheiro a deputados**

Isso aí veio do Rio de Janeiro. Não fui eu, não, isso veio do Rio de Janeiro. O deputado estava, no meio do mês, durão e ia lá pedir um vale. Chamava-se vale. E se emprestava. Hoje é que dia? Hoje é dia 15. Aí o deputado pedia um adiantamento, geralmente era o valor de mil reais ou dois mil reais, no máximo, e, no pagamento, descontava-se. Era isso. Criaram um



escarcéu danado. Foi um jornalista aqui da RBS (Rede Brasil Sul) que pegou um documento na Contabilidade da Câmara e armou um escândalo. Mas isso vinha de mais de vinte anos atrás, lá do Rio de Janeiro, tratava-se de um adiantamento. É como muita gente faz em qualquer botequim: o empregado pede um adiantamento, e o empregador empresta e tal. Então, esse cara pegou o documento. Poxa! Essa RBS me colocou na primeira página do jornal umas cinco vezes, e aqui em Porto Alegre, em relação a esses vales. Resultado: o Tribunal de Contas aprovou o que eu tinha feito. Havia uma ação popular, que foi arquivada. O juiz mandou arquivá-la, e o Ministério Público também a arquivou. Mas a RBS tem esse jornal, o *Diário Catarinense*, do qual, principalmente no sábado de manhã, já se compra a edição de domingo na rua. Aí começaram a dizer: “Ah, ninguém dá bola para esse jornal, não. Esse é o jornal de amanhã, mas que sai hoje com as notícias de ontem”. Ficaram furiosos e pegaram no meu pé. Eu aparecia todo dia na RBS e no *Zero Hora* de Porto Alegre. Mas depois foi tudo arquivado. Quem fez a minha defesa — vamos chamar assim — foi até o Nelson Jobim<sup>9</sup>. Aí foi tudo arquivado, e não houve mais nada. Mas era isto: não passava do mês. Chegava o fim do mês, e eu descontava. Mas isso já faziam bem antes de mim. Não era nem o Luciano, não. Faziam isso no Rio. O sujeito chegava lá — e não era só deputado, funcionário também — sem dinheiro, tinha sofrido um acidente ou a mulher estava morrendo, porque geralmente saíam matando a mãe, e pedia 500 reais, mil reais. E aí eu emprestava. Não tinha nada demais, não.

## **8. O IPC – Aposentadoria dos Deputados**

A gritaria é que, com oito anos de mandato, o deputado começava a ter uma aposentadoria proporcional, o que a imprensa não dizia para o grande público. Tinha que ter no mínimo oito anos. Então, ele tinha 8/30 de aposentadoria. Isso aí, eles achavam que era um escândalo. Realmente dá mais do que a Previdência. É claro que dá, mas não é tão escandaloso quanto a imprensa vendeu para a opinião pública. O deputado, para ter uma aposentadoria integral, tinha que ficar 30 anos. Aí, na época de Michel Temer<sup>10</sup>, se decidiu acabar com o instituto e dar aposentadoria normal para deputado, como qualquer pessoa.

<sup>9</sup> Nelson Azevedo Jobim. Deputado Federal – RS (1987-1991, 1991-1995). Ministro da justiça (1995-1997). Ministro do Supremo Tribunal Federal (1997-2006). Ministro da Defesa (2007-2011).

<sup>10</sup> Michel Miguel Elias Temer Lulia. Deputado Federal – SP (1987-1991; 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011). Vice-presidente do Brasil (2010-2016). 37º Presidente do Brasil (2016-2018). Presidente da Câmara dos Deputados – 1997-1999 (1º período); 1999-2001 (2º período); 2009-2010 (3º período). O fim do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) foi aprovado em 1997.



Não sei o que é melhor. Realmente, não deixa de ser um privilégio. Mas não tenho muita opinião, não, porque é o sistema em que nós vivemos. Esses caras gastam muito. Quando morre no exercício do mandato, a família fica desamparada. Lembro o Senador Kairala<sup>11</sup>, que foi morto pelo pai de Collor. Diziam que a mulher do Senador estava lavando roupa para fora lá em Taguatinga. Tinha que haver um amparo qualquer. Aí foi feita a legislação. Até quem fez o anteprojeto fui eu. Mas o Relator foi o Eliseu Padilha<sup>12</sup>, que hoje é Chefe da Casa Civil. Nós esquecemos, eu esqueci, ele também, o problema da pensão. Mesmo na época em que o funcionário tinha pensão integral, no caso da viúva do deputado era a metade. Aí pega um deputado de oito anos, ganha dois mil, três mil reais, não dá nada. Precisava ser mudada alguma coisa. Houve um projeto que Michel Temer apresentou, mas o Sr. Aécio<sup>13</sup> mandou arquivar, para regularizar isso.

## **9. A CPI do Orçamento**

Nós não tivemos funcionários envolvidos. A Comissão Mista de Orçamento funcionava, mas quem dominava na época, era aquele José Carlos<sup>14</sup>, que era funcionário do Senado, com aquiescência de João Alves<sup>15</sup> que era deputado. Aquilo lá, hoje, é fichinha. Hoje aquilo lá é uma mixaria. Mas envolveu mais o Senado. Eu até coloquei um diretor lá, um rapaz que até já faleceu, para justamente combater o pessoal do Senado, que dominava a Comissão de Orçamento. Eu sabia que estavam roubando. Disse para o Presidente, na época, que era Ibsen<sup>16</sup>, que estavam roubando. Mas o funcionário que eu coloquei não durou muito tempo. Pediram a demissão dele. Foi demitido porque começou a se meter. Depois, quiseram colocar outro, que também era funcionário do Senado. Aí já se instalou a Comissão. Zé Carlos dizem que matou

---

<sup>11</sup> Kairala José Kairala (1924-1963). Senador – AC (1963-1963). Foi morto em plenário pelo Senador Arnon de Melo. V. Kairala, José. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/kairala-jose>

<sup>12</sup> Eliseu Padilha (1945-). Deputado Federal – RS (1995-1999; 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015). Ministro dos Transportes (1997-2001); Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil (2015); Ministro-Chefe da casa Civil (2016-2019).

<sup>13</sup> Aécio Neves da Cunha (1960-). Deputado Federal – MG (1987-1991; 1991-1995; 1995-1999; 1999-2002; 2019-2023). Governador de Minas Gerais (2003-2010). Senador (2011-2018). Presidente da Câmara dos Deputados, 2001 a 2002.

<sup>14</sup> José Carlos Alves dos Santos, servidor do Senado Federal, chefe da assessoria técnica da Comissão do Orçamento do Congresso.

<sup>15</sup> João Alves de Almeida (1919-2004). Deputado Federal - BA (1963-1983; 1987; 1987-1988; 1987-1991; 1991-1994).

<sup>16</sup> Ibsen Valls Pinheiro. Deputado Federal – RS (1983-1987; 1987-1991; 1991-1994; 2007-2011). Presidente da Câmara dos Deputados, 1991-1992.



a mulher, teve aquela confusão, aquele rolo. Havia muita gente envolvida porque iam lá negociar as emendas. Para colocar no Orçamento, havia um percentual; para receber, já havia outro. Hoje virou brinquedo de criança do primário. João Alves ganhava na loteria muitas vezes. Mas veja como são as coisas. Eu me dava bem com ele. Fui chamado à Polícia Federal, e o cara disse que eu recebia bolsa de estudo. Lá na sala da Polícia Federal, para o Delegado da Polícia — e esse Zé Carlos lá no canto, ao telefone — eu disse que recebia sim, que ele dava umas 200, 300 bolsas de estudo todo ano. *“Como o senhor fazia?” “Fazia? Eu chamava o pessoal da limpeza da Câmara que ganham muito pouco e distribuía entre eles.”* Nunca botei um parente meu, um filho, um sobrinho, ninguém. Quem distribuía era a presidente da associação de limpeza da Câmara. Aí, Zé Carlos: *“É! Não! Eu sei que não tem nada!”* Agora: *“João Alves era meu amigo, sim. Era meu amigo. Me dava, e eu queria mais, ainda”*. Se mais me desse... *“Ah, não. Então, está bom. Tudo bem.”* Mas João Alves mandava mesmo. Quando estourou o escândalo, o Geddel<sup>17</sup> era um dos envolvidos. Luís Eduardo<sup>18</sup> é que livrou a cara dele. Antônio Carlos<sup>19</sup> não se conformava: *“O Luís salvou esse bandido”*.

## 10. O controle dos gastos

Não tem como você proibir deputado. A Câmara só tem cacique. O que eu fazia era um controle. Por exemplo, o gabinete do Presidente gastou tanto de passagem aérea, tanto de cafezinho, tanto de açúcar, tanto de telefone, tanto disso, tanto daquilo. Eu tinha o controle disso. Não dizia nada, mas apresentava o relatório para ver a comparação e para as pessoas tomarem conhecimento: *“Este daqui gastou tanto com isso e o outro não gastou nada”*. Era uma espécie de controle, de inibidor.

Dava resultado. Um Secretário gastou muito com passagens aéreas, o outro não gastou nada. Aí ficam perguntando: *“Quanto foi de café?”* Você sabe que aquilo ali é grande. Compravam três toneladas de café por mês, mais quatro de açúcar. Algumas pessoas roubam mesmo. O pessoal leva. Tem gente que anda de pasta na mão, que é para levar café e essas coisas. Mas você vai fazer o quê? Vai prender as pessoas da limpeza, que ganham uma miséria,

<sup>17</sup> Geddel Vieira Lima (1959-). Deputado Federal – BA (1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011). Ministro da Integração Nacional (2007-2010); Ministro-Chefe da Secretaria de Governo (2016-2016).

<sup>18</sup> Luís Eduardo Maron de Magalhães (1955-1998). Deputado Federal – BA (1987-1998). Presidente da Câmara dos Deputados – 1995-1997

<sup>19</sup> Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (1927-2007). Deputado Federal – BA (1954-1959; 1959-1963; 1963-1967; 1967-1971); Governador da Bahia (1971-1975; 1979-1983; 1991-1994); Senador – BA (1995-2001; 2003-2007).



porque levaram um pacote de café? Você vai abrir a sacola da mulher? Então, essas coisas todas eram publicadas. Se o cara contava com exagero, alguém falava: “*O que é isso?*”

## 11. Os deputados são os patrões

Uma vez fiz parte de um grupo no Governo Collor<sup>20</sup> que tratava de salários. Fui ao Estado-Maior das Forças Armadas, na primeira reunião, que era para tratar de salário de funcionários, e o General Chefe do Estado-Maior disse: “*Temos que tratar desses deputados*”. Eu disse: “*Não tem não, General. Aqui estamos para tratar de funcionários*”. Ele disse: “*Esta comissão, então, não vai resolver nada, porque eu não deixo. Temos que tratar dos salários desses deputados aí também.*” Eu disse: “*Que isso, General? Não vamos tratar, não, senhor. O coordenador sou eu, não é o senhor. E, de mais a mais, onde é que o senhor já viu empregado tratar de salário do patrão? O senhor quer que eu faça o quê?*” Aí deram gargalhadas. O General parou na hora. Eu disse: “*Onde já se viu empregado tratar de salário de patrão? Como eu vou tratar de salário de Deputado? O senhor está louco?*” Aí ele não falou mais no assunto. Na comissão de sindicância não pode haver funcionário, não pode haver nada. Como é que se vai inquirir um deputado? Não me lembro de ter formado comissão de inquérito, não. Às vezes há, mas é o Corregedor quem resolve. Há casos de agressão de deputado que bate em outro, mas geralmente isso fica no âmbito da Corregedoria, não entra na Administração, não. Uma vez, o Leur Lomanto<sup>21</sup> deu um soco num deputado da Bahia. Como era o nome dele?<sup>22</sup> Ele ficou muito preocupado lá no plenário e foi falar comigo. Eu fui falar com o Fernando Lyra<sup>23</sup>, que era o Corregedor. O Fernando disse assim: “*Diga lá para o Leur fazer um ofício dizendo que o deputado*” — esqueci o nome — “*deu com a cara na mão dele. Como um fez dizendo que levou um soco, então diga a ele para fazer outro dizendo que o deputado é que deu com a cara na mão dele.*” E resolveram o problema.

<sup>20</sup> Fernando Collor de Mello. Presidente do Brasil – 1990-1992.

<sup>21</sup> Leur Lomanto (1949-). Deputado Federal – BA (1975-1979; 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991; 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003).

<sup>22</sup> Episódio ocorrido em 1993, envolvendo os deputados Leur Lomanto e Uldurico Pinto (1953-)- Deputado Federal – BA (1987-1991; 1991-1995; 2007-2011). V. TEIXEIRA, Carla Costa. Os usos da indisciplina: decore e estratégias parlamentares. UnB: Brasília, 2001. <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie307empdf.pdf>.

<sup>23</sup> Fernando Soares Lyra (1938-2013). Deputado Federal – PE (1971-1975; 1975-1979; 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991; 1992-1995; 1995-1999). Ministro da Justiça (1985-1986).





## 12. A bancada do Sabino

Durante a Constituinte, a minha turma do Centrão era firme nas votações. Eu que controlava. Isso quem dizia era Valdemar Costa Neto<sup>24</sup>. A minha bancada, quando havia coisa importante, mandava ir falar comigo porque eu tinha a minha bancada lá. Isso era sacanagem dele. Não houve isso, não. Isso é folclore. Valdemar é que era o chefe do Centrão.

A Câmara tem uma parte política e uma parte administrativa. Na minha concepção, o deputado tem que cuidar de política e deixar a administração aos cuidados dos funcionários da Casa. Por sorte minha ou sei lá por que foi, os Presidentes com quem trabalhei nunca se meteram na administração da Casa. O resultado mais evidente é que nunca houve um escândalo na Câmara, nunca houve uma licitação investigada, nunca houve uma ação contra a administração. Nunca houve nada. Então, isso aí deu certo. Não sei se a coisa continua igual, mas os Presidentes da Câmara não se metiam na parte administrativa. É por isso que diziam que eu era muito poderoso. Mas nunca fiz nada, nada, em nenhuma das Presidências, de que o Presidente da Casa não tivesse conhecimento. Mas, quando aparecia, diziam: “É o Sabino. É o Sabino”. Mas eu não fazia nada, nunca fiz nada de que o Presidente não tivesse prévio conhecimento. E autorizado, é claro.

Eu não tinha ação na parte legislativa, apenas no que referia, que afetava a parte interna da Câmara. De outra parte não fazia nada, não. Acho que eu tinha obrigação de defender, o funcionário da Casa, o quadro de funcionários. Isso sempre entendi. Aquele Ministro da Fazenda, Ricupero<sup>25</sup>, deu uma entrevista e disse que eu era o rei do corporativismo. Eu não vou defender o funcionalismo do qual faço parte? Aí, eu disse que ele é o rei da indiscrição. Ele disse ao microfone — estava ligado, e ele não viu — que o que é bom divulgamos e o que é ruim escondemos<sup>26</sup>. Disse uma besteira dessa! Ele me criticou porque eu defendia. Realmente, tive muita encrenca. O Executivo sempre quis nos ferrar. Sempre quis nos ferrar! Realmente, eu tinha muita participação nessas coisas. É como você disse, também não tinha papas na língua, não. O que tinha que dizer, dizia mesmo.

<sup>24</sup> Valdemar Costa Neto (1949-). Deputado Federal – SP (1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2003-2005; 2007-2011; 2011-2013).

<sup>25</sup> Rubens Ricupero (1937-). Diplomata. Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1993-1994). Ministro da Fazenda (1994).

<sup>26</sup> Referência ao episódio que ficou conhecido como “Escândalo da Parabólica”. Cf. <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/escandalo-da-parabolica-derrubou-ministro-da-fazenda-rubens-ricupero-18904564>



Nunca me meti em política partidária. Nunca fui filiado a nenhum partido. Eu não tinha preferência, eu me dava bem com todo mundo. Até com o PT (Partido dos Trabalhadores) me dava bem, o que era difícil — era difícil! O Genoíno<sup>27</sup> é meu amigo hoje. O José Dirceu<sup>28</sup>, idem. O PT dava trabalho porque eles tinham mania de proteger tudo o que era operário, lavrador, e não sei o quê.

### 13. Pagamentos

Não tem isso de controlar detalhes da administração como a abertura da conta bancária e a distribuição das moradias para os deputados como forma de influenciá-los. Isso é rotina. Como eu estava há muito tempo, sei de uma redação de um jornal que disse: *“Esse cara está há muito tempo lá. Deve existir alguma sacanagem. Vamos investigar”*. Eu sei até quem é o autor da frase, era do Rio Grande do Sul: *“Está há muito tempo, deve ter algum trambique”*. A *Folha de São Paulo* mandou o Lúcio Vaz para me investigar. O Lúcio é carne de pescoço. O Lúcio ficou quinze dias aqui em Florianópolis me investigando. Diziam que eu tinha um hotel cinco estrelas aqui, que não sei o quê. O Lúcio me deu um atestado de idoneidade. Passou quinze dias aqui me investigando. Foi ao meu apartamento — eu não morava aqui, morava em outro —, foi à minha casa de praia, fotografou, fez o diabo. Nós até brigamos, quase saí no tapa com ele. Mas hoje ele é meu amigo. Eu até disse para a mulher dele, que é jornalista, numa festa: *“Não sei como você se casou com um porcaria desses”*.

Sobre hora extra, o Lúcio vivia implicando com o negócio de hora extra e vinha atrás de mim. Eu dizia: *“Não falo, Lúcio. Não lhe dou informação. Acabou”*. Ele insistia. Agora, como um funcionário vai ficar numa sessão até a meia-noite ou uma hora da manhã sem ganhar? Eu dizia: *“Lúcio, a Esplanada dos Ministérios, às sete horas da noite, não tem mais ninguém. Aqui na Câmara está cheio, porque acontece sessão. E aí não pagamos? Onde você viu um negócio desses?”* Eu, uma vez, botei-o para fora: *“Estou falando com você com toda a educação: não lhe dou informação, e você não venha mais me perguntar”*. No dia seguinte estava ele interpelando o Inocêncio que era o Presidente. Eu disse: *“Vou lhe explicar, mas agora é sem educação”*. Aí não prestou. Como é que o funcionário vai trabalhar sem ganhar?

<sup>27</sup> José Genoíno Neto (1946-). Deputado Federal – SP (1983-1987; 1987-1991; 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2007-2011; 2011-2015).

<sup>28</sup> José Dirceu de Oliveira e Silva (1946-). Deputado Federal – SP (1991-1995; 1999-2003; 2003-2007). Ministro-Chefe da Casa Civil (2003-2005).



O que é isso? Podia até existir um exagerozinho. Não digo que não exista. Ficavam pessoas ali que não precisavam ficar à noite. Mas o fato é que, às sete ou oito horas da noite, a Esplanada dos Ministérios não existe. Só existe a Câmara. Aí o funcionário vai ficar lá até as onze horas ou meia-noite e não vai ganhar? A imprensa implicava muito com isso, principalmente o Lúcio.

#### **14. Os feitos mais relevantes na administração da Câmara dos Deputados**

Eu acho que o mais importante foi a reforma do prédio das Comissões. Era um prédio muito antiquado, estava muito estragado, era muito mal aproveitado. Sem aumentar o espaço físico, nós praticamente dobramos a área útil do prédio. Era um prédio com pé-direito muito alto. Nós botamos uma laje. Modernizamos as Comissões. Botamos ar-condicionado, que não havia. Era insuportável! Mudamos todas as instalações. Fizemos bons plenários. Então, na parte política, essa obra no Anexo II foi a mais importante, na minha opinião.

Na parte administrativa, uma obra ocorreu naquele prédio de vinte e oito andares, que era considerado pelo Corpo de Bombeiros como o mais perigoso de Brasília. O prédio, de vinte e oito andares, é cercado por um lago, que impedia o acesso do Corpo de Bombeiros em caso de incêndio. A madeira que foi utilizada na obra estava entre as lajes — o sistema era de lajes duplas —, todas as divisórias do prédio eram de madeira compensada, e estavam super-ressecadas, ainda mais no clima de Brasília. Havia quatrocentos e tantos aparelhos de ar-condicionado. Tudo isso foi tirado. A madeira foi tirada, as divisórias foram substituídas por divisórias usadas na construção naval. Não pegam fogo. Não devem pegar fogo. O ar-condicionado passou a ser central. O ar-condicionado também serve ao plenário. Funcionava muito mal. Há uma instalação subterrânea, que poucas pessoas conhecem. O sistema é computadorizado, que dá uma economia muito grande no consumo de energia. Ele faz gelo à noite e funciona de dia. Se numa sala estiverem duas pessoas, o ar gerado por essa aparelhagem é bem mais fraco. Se vinte ou trinta pessoas encherem a sala, automaticamente a intensidade do ar aumenta. Há uma instalação enorme. Parece um submarino atômico. Isso ninguém vê. Foram modernizadas as instalações. Nós fizemos todas as instalações da parte elétrica, de ar-condicionado, de telefone, de esgoto, de tudo, de maneira que ficassem à vista, em prateleiras. Se der um curto-circuito numa instalação de telefone, por exemplo, não é preciso quebrar nada. Todas as instalações elétricas, hidráulicas, telefônicas estão em prateleiras. Então, isso foi modernizado. Essa foi uma obra grande. Fizemos também o Auditório Nereu Ramos. A Câmara também não tinha um auditório que tem. Nós o fizemos no subsolo do estacionamento do Anexo



II. Então, muitas coisas foram feitas. Agora, graças a Deus, todas elas nunca tiveram nenhuma contestação, embora tivessem sido investigadas pelos meios de comunicação, principalmente pela *Folha de S. Paulo*. Investigaram tudo, e nós nunca tivemos o menor problema.

### **15. A administração do serviço de restaurante pela Ascade**

Havia muita reclamação sobre a qualidade, o preço, essa coisa toda. Então, nós resolvemos fazer a experiência de administrar. Ali temos um problema com os restaurantes. Há movimento na terça, quarta e quinta-feira, de dia. Raramente há movimento à noite. Raramente, não; na verdade, há, mas quem pode fazer funcionar uma lanchonete ou um restaurante só em três dias na semana? Então, havia um problema constante de confusão, reclamação de que a qualidade era ruim. O concessionário vivia reclamando, roubava. Com a administração da Câmara nós melhoramos, até que o Tribunal de Contas criou caso. Não me criaram nenhum problema, mas disseram para acabar. Você imagine abrir um restaurante em qualquer lugar para funcionar com três almoços por semana. Não há ninguém que dê jeito. Como nós administrávamos e não visávamos ao lucro, dava para fazer. Mas isso até o Tribunal criar problema, e depois entrou o Severino<sup>29</sup> com aquele cara<sup>30</sup> lá. Esse cara assumiu na minha administração por licitação. Um dia minha mulher ligou: “*Chegou uma chopeira aqui*”. Era um negócio bonito à beça. Eu perguntei: “*Quem mandou?*” “*Foi o Fulano de Tal.*” “*Quem?*” Era o concessionário do restaurante da Câmara. Liguei para ele: “*Chegou uma chopeira lá. Minha mulher disse que está muito bonita. Se, ao meio-dia, eu chegar em casa para almoçar e essa chopeira estiver lá, eu te ferro aqui e te boto para fora da Câmara!*” “*Ah, mas...*” “*Você vai retirar até meio-dia.*” Ao meio-dia ele tinha retirado. Depois, com o Severino, ele pegou uns trocados lá. Era isso aí. Mas eu passei a administrar por isso. Eu não tinha custo administrativo. Os funcionários que cuidavam da administração do restaurante eram da Câmara, através da Ascade – Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados. Eu dava uma taxa de administração, assim como criei o negócio dos engraxates, e dei a administração à Ascade. Isso também dava uma rendinha a eles, dava um rendimentozinho à Ascade — a Ascade dos velhos. Há a Ascade normal e a Ascade dos velhos, dos aposentados. Eu dava um dinheirinho a eles de comissão pela administração. Saía barato e funcionava. Eu não vou a Brasília, mas

<sup>29</sup> Severino José Cavalcanti Ferreira (1930-). Deputado Federal – PE (1995-1999, 1999-2003, 2003-2007). Presidente da Câmara dos Deputados, 2005-2005.

<sup>30</sup> Sebastião Augusto Buani, dono do restaurante Fiorella.



está cheio de aposentado andando lá dentro o dia inteiro. O cara vai passar, e está aquele aposentado está ali.

## 16. O pagamento da Câmara no Governo Collor

Não houve problema de excesso de gastos na Constituinte, não. O dinheiro estava no orçamento da Câmara e do Senado. Aí entrava o dinheiro dos dois. Mas nunca tivemos problema. A única vez em que nós tivemos problema de orçamento foi com o Collor. Com os outros Presidentes nunca tivemos problema, principalmente com o Sarney<sup>31</sup>. A Constituição manda que os recursos do Legislativo sejam entregues no dia 20 de cada mês. E o Collor queria passar para o dia 31. A folha de pagamento da Câmara é no segundo dia útil depois do dia 20. E ele queria que passasse para o dia 31. Mas está na Constituição. Aí deu uma encrenca danada. O Diretor do Tesouro disse que não ia liberar. Perguntei: “*Não vai liberar?*” Ele respondeu: “*Não, não vou*”. Eu disse: “*Então, você vem aqui, e eu assisto de longe, porque você vai ver o tumulto lá no Banco do Brasil — Deputados querendo tirar dinheiro, funcionários querendo tirar dinheiro, e você não botou dinheiro lá*”. Aí deu um rolo. Ligaram para mim e respondi: “*Não quero nem saber. Eu vou mandar a folha para o banco.*” E mandei. À noite me ligou o Presidente do Banco do Brasil, e disse: “*Sabino, não tem dinheiro*”. Eu disse: “*Não quero nem saber. O senhor pague*”. Ele perguntou: “*Mas como eu vou fazer?*” Eu disse: “*Não sei, não. A folha está aí, o senhor tem que pagar, porque, se não, amanhã vão quebrar o banco*”. Ele falou: “*Você assume a responsabilidade? Você me passa um fax?*” Eu falei: “*Passo*”. E passei também um para o Diretor do Tesouro, dizendo que ia pedir a responsabilização dele por crime de responsabilidade, como dispõe a Constituição. Disse que a folha estava no banco, anunciado o pagamento para o dia tal. De manhã começou a confusão. Lá pelas dez horas eles botaram o dinheiro, e isso se regularizou. Mas deu uma encrenca danada. Naquela inflação, dez dias faziam muita diferença. Isso foi o que motivou depois a URV – Unidade Real de Valor. O Governo teve que pagar. Na época, o Presidente do Supremo era o Ministro Luiz Gallotti<sup>32</sup>. Eu fui lá e falei com ele: “*Eu vou quebrar o pau*”. Ele disse: “*Pode quebrar, porque aqui você tem o meu apoio*”. Passou mais um tempo, e o Diretor do Tesouro me convidou para almoçar.

<sup>31</sup> José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Deputado Federal – MA (1956, 1957; 1959-1966). Governador - MA, 1966-1970; Senador - MA, 1971-1985; Presidente da República, 1985-1990; Senador - AP, 1991-2015.

<sup>32</sup> Luiz Octavio Pires e Albuquerque Gallotti (1930-). Ministro do Supremo Tribunal Federal (1984-2000). Presidente do STF (1993-1995).



---

Ele disse: “*Você é encenqueiro, hein?*” Almoçamos naquela churrascaria perto da torre. Eu disse: “*Hoje é dia 25, eu já recebi e vou pagar a conta. Você não recebeu...*”. São essas coisas. Ficamos amigos.

### **17. A devolução de dinheiro do Orçamento pelo Senado**

Na época, o Luís Eduardo me fez uma cobrança, porque o Senado havia devolvido uma determinada quantia, não lembro quando. Eu disse para ele: “*São incompetentes, nem sabem gastar o dinheiro que têm. São uns incompetentes*”. O Senado tinha um orçamento muito maior do que o da Câmara. A Câmara era, vamos dizer, cinco vezes maior em número de parlamentares, de instalações, tinha mais despesas com Correios, com passagens aéreas, o diabo a quatro. Então, eles tinham muita folga, e nós não tínhamos. O nosso dinheiro era bem gasto. Tanto era bem gasto que, nos vinte anos em que fui Diretor-Geral, todas as prestações de contas da Câmara foram aprovadas pelo Tribunal de Contas, até com elogio. Nunca tivemos o menor problema. Então, o dinheiro era bem gasto. Hoje vejo órgãos do Governo Federal que não gastam o que têm. Quer dizer, o dinheiro está lá, o orçamento está lá, só aumenta na área da saúde, da educação, e os diretores, os dirigentes não gastam. Então, acho que há mau uso do dinheiro público.

### **18. A informatização**

Nós usávamos o Prodasen - Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, inicialmente. Mas a concepção da informatização da Câmara foi outra. Não era mais a de grandes computadores, mas sim a de pequenos computadores. Os do Senado ficaram obsoletos depois, e eram um negócio fabuloso. Na Câmara, isso foi instalado. Não entendo muito de informática, não, mas acho que o pessoal técnico da Casa fez um bom trabalho.

Os painéis de votação fomos nós que fizemos também. Houve uma concorrência internacional. As votações hoje seriam impossíveis sem o painel. O nosso foi o primeiro do Brasil. Isso veio da necessidade. As votações eram muito demoradas. Havia realmente a necessidade de se instalar ali um sistema. Foi feita pesquisa sobre isso. Gente foi até para o exterior, com diária, com tudo. Viram onde havia isso nos Estados Unidos. Não sei que outros países já tinham isso. Viram o que era, definiram o modelo, e fizemos uma concorrência internacional, e foi feito. Hoje a Câmara não funcionaria se não tivesse isso.



## 19. A preservação da memória

Existe um laboratório bom lá na biblioteca<sup>33</sup>. De conservação dos arquivos. O que nós fizemos, e não existia, algum tempo atrás, foi aquele laboratório de conservação de coisas. Fui algumas vezes lá e vi que era muito bom o trabalho. É um trabalho que não tem muita gente especializada. Aqui para nós, ficar ali naqueles pergaminhos, com aquelas coisas não é... Mas foi bem montado o laboratório ali.

## 20. A comunicação

Quem cuidava da comunicação era o Ronaldão, o Ronaldo Paixão<sup>34</sup>, grande jornalista. Quem cuidava mesmo disso aí na época — eu acho — era o Presidente Ibsen, que achava o jornalzinho da Câmara um panfleto muito pequeno, ele queria que fosse maior. Mas, depois, foi na Mesa do Michel Temer que nós melhoramos o jornal e criamos a TV e a rádio. Acho que foi no período do Michel. Mas quem cuidou disso, confesso a você, foi o Ronaldo. Ronaldão era quem cuidava disso.

## 21. Nomeação problemática no Centro de Documentação e Informação (Cedi)

O Diretor do Cedi, Aristeu<sup>35</sup> foi nomeado e as bibliotecárias todas se revoltaram porque ele não era bibliotecário. Sei que deu uma confusãozinha lá, mas foi coisa pequena<sup>36</sup>. Acho que foi coisa pequena. Depois, parece que ele se deu bem lá.

## 22. Os índios

O Juruna<sup>37</sup> era de boa paz. Aí mandava dar comida para eles lá e estava resolvido. O Juruna não perturbava, não. O Juruna era engraçado. Ele se dava bem comigo. Ele ia lá conversar comigo, eu dava biscoito e café para ele e pronto. Ele não perturbava, não.

<sup>33</sup> O Centro de Documentação e Informação (Cedi) compreende a biblioteca, o arquivo e a editora, sendo responsável pela gestão da informação e do conhecimento produzidos pela Câmara dos Deputados.

<sup>34</sup> Ronaldo Paixão Ribeiro. Secretário de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e Secretário de Redação do *Jornal da Constituinte*.

<sup>35</sup> Aristeu Gonçalves de Melo. Diretor do Cedi da Câmara dos Deputados.

<sup>36</sup> V. Mandado de Segurança - Legitimidade Ativa – Conselho Federal de Biblioteconomia. V.

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/43348/41997>

<sup>37</sup> Mário Juruna (1943-2002). Deputado Federal - RJ (1982 – 1986).



---

### **23. A relação com o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis)**

Funcionário é a pior praga que tem, e eu me incluo aí. Raça triste é funcionário! Você pode fazer mil coisas. No dia em que deixa de fazer uma, pronto, já não presta mais. Mas o Sindicato sempre trabalhou comigo, nós sempre trabalhamos juntos. Nunca tive maiores problemas com sindicato, porque eu era funcionário, não era patrão. Eu sempre disse a eles: “*É diferente. O dono da Volkswagen tem empregado. Aqui na Câmara eu sou o diretor, mas eu sou empregado também. O que vocês querem eu também quero! Não há razão para a gente estar brigando*”. E isso funcionava, sempre funcionou bem. Não me pressionavam muito, não. Mas, realmente, sempre há reivindicação. Em qualquer setor isso acontece.

### **24. Os presidentes da república e o Diretor-Geral da Câmara**

Eu também tinha, e tenho até hoje, com o Presidente Sarney o melhor relacionamento. O Presidente Sarney é outro que eu considero do meu time de craque, é outro espertão, viu? Craque, craque. É um homem de boa paz, não é de criar caso, de brigar, não é. Dos Presidentes que entraram criando caso, foi só esse Collor, que entrou brigando com todo mundo, e a coisa não deu certo. O Fernando Henrique<sup>38</sup> também era difícil. Homem difícil. O Chefe de Gabinete dele era o Eduardo Jorge<sup>39</sup>, também do Senado, que era outra pessoa meio difícil também, era complicadinho, não é? Mas foi tudo bem.

### **25. O bom trânsito na administração pública**

Para isso, primeiro, é você estar presente. Segundo, é não propor sacanagem, é fazer as coisas corretas. Quando você faz o correto, você pode brigar por tudo. E temos que procurar fazer amizades. No Planejamento, também: durante muito tempo, quem fazia o Orçamento da Câmara era eu. Eu dizia: “*Ninguém mete a mão, não. Quem vai fazer sou eu*”. Eu ia para o Ministério, entrava lá, depois saía e tomava um chope com os caras. No fim dá certo. A Câmara tem uma vantagem também: geralmente Ministros de Estado passaram por ali. Então, você já tem amizade ali. Outra coisa é o seguinte: é você não achar que as pessoas vão lá perturbá-lo

---

<sup>38</sup> Fernando Henrique Cardoso. Senador, SP, 1983-1987; 1987-1994; 1987-1995. Ministro das Relações Exteriores, 1992-1993. Ministro da Fazenda 1993-1994. Presidente do Brasil, 1995-2003.

<sup>39</sup> Eduardo Jorge Caldas Pereira (1942-). Servidor do Senado Federal. Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência (1995-1998).





só para chateá-lo. Você tem que tentar resolver as coisas. Eu, modéstia à parte, resolvia. Havia deputados que pediam móveis para o apartamento. Uns falavam: *“Mas ele já tem um sofá”*. Eu dizia: *“Mas dê mais um. Não interessa. Dê. Se ele quiser mais um, dê também. Daqui a pouco, não cabe mais. Aí ele para de pedir. Se não cabe mais, ele vai fazer o quê? Se ele quer, dê”*. É por aí que se faz.

## 26. O atendimento das demandas

Eu tinha uma história comigo — um lema, vamos dizer assim — de que ninguém vinha falar comigo só para me chatear. Se alguém vinha, era para tentar resolver. Era o que eu fazia: tentava resolver logo. Mas quando não tinha jeito, não tinha jeito. Eu ia fazer o quê? Então, o que podia ser feito, era feito. E quando não podia ser feito, tinha de se conformar. Ia fazer o quê? Nunca fechei porta de gabinete. A porta do meu gabinete sempre foi aberta. Qualquer um que chegasse ali — funcionário, deputado ou visitante — entrava, ia entrando. Agora, se você vai lá, se desloca para pedir, não é só para me chatear. Às vezes, parecia um absurdo, mas para o camarada não deveria ser, não é? Se ele se deslocou e estava lá pedindo. Então, assim nós levamos.

Eu, por exemplo, acho horrível você não atender alguém ao telefone, ou não atender pessoalmente alguém que o procura. Acho uma falta de consideração muito grande. Agora, o movimento ali é muito grande. Então, às vezes, era impossível atender, por exemplo, um telefonema. Mas ali pelas sete horas, oito horas da noite eu ia para casa, jantava e voltava para resolver o que não tinha conseguido fazer de manhã ou durante a tarde. Assim, eu ligava à noite. Pelo menos mostrava consideração, não é? Acho que audiência na administração é um negócio. Quando cheguei à Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária<sup>40</sup>, havia pedido de audiência de senador, de deputado, o diabo a quatro, marcadas para quatro meses. Chamei a secretária e disse: *“Liga lá e manda vir todo mundo”*. *“Ah, mas vai virar tumulto”*. Eu disse: *“Não faz mal. A gente administra o tumulto”*. A mulher não queria fazer. Aí falou para minha secretária que não ia fazer. Eu disse a ela: *“Eu vou almoçar e volto às duas horas. Se ela não tiver feito o que mandei, ela está demitida”*. Em uma semana resolvi tudo, um monte de audiência. Falei: *“Quando alguém chegar, pode entrar. Você administra, se tiver tumulto. Mas não vai dar. É isso”*. Marcar audiência com senadores, deputados, autoridades para um mês

<sup>40</sup> Ademar Sabino foi diretor administrativo da Infraero na gestão de Carlos Wilson (2003-2006) e respondeu interinamente pela presidência do órgão quando do afastamento de Wilson em 2005.



depois... Que é isso? Então, comigo lá na Câmara não existia isso, não. Eu trabalhava de porta aberta. “*Quer entrar, entra*”. E tinha uma vantagem: estando aberto para todo mundo ali, ninguém vinha com pedido indecente. Estava todo mundo ouvindo, não é? Além disso, havia a questão da insistência também. Tem gente que fica insistindo, insistindo. Outras pessoas ali ouvindo a conversa é a coisa mais democrática.

## **27. Qualidades do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados**

Tem que ter paciência, ouvir todo mundo, não se achar muito importante e ter presença física. Acho que é importante estar presente, saber de tudo que está acontecendo, não ser pego de surpresa e se relacionar bem. Eu me dou bem. Eu tive poucas brigas lá com deputados. Eu tive briga mesmo foi com o Paulo Mincarone<sup>41</sup>. Vou ver se me lembro de mais algum assim... O Geddel. Esse Geddel foi porque ele tinha ciúme de homem — tinha ciúme de homem. Eu era muito amigo do Senador Antonio Carlos, o ACM, que detestava ele. Ele não podia ficar com raiva de Antonio Carlos, porque ele tinha medo. Então, ficava com raiva de mim. Ele fazia o diabo para querer me derrubar. Mas nunca dei bola para ele não. Uma pena, não é? Um homem com tanto dinheiro, para que criar caso? Aquele apartamento cheio de malas de dinheiro. Fica se preocupando com um funcionáriozinho? Malas e malas de dinheiro! Aquilo não vai sair.

A Diretoria-Geral da Câmara é um lugar bom, não tem muita coisa difícil, não. Ali, você tem todos os meios para resolver tudo, qualquer problema. É só questão de querer resolver. Acho que nunca tive problema difícil lá, não. Teve o caso da Deputada Raquel Cândido<sup>42</sup> que queria me matar e matar o Presidente, que era o Inocêncio<sup>43</sup>. Mas a Câmara sempre prezou muito pela hierarquia. Então, se ela ia matar alguém, mataria primeiro o Presidente, depois a mim, porque ele era mais importante que eu. Ela ficou danada! Ela era encrenqueira mesmo. Depois, ela me ligou dizendo que não foi ela. Mas a Segurança tinha o telefone dela, tinha aquele negócio, o Bina. O telefone era dela mesmo. Depois ela se desdisse, e eu falei: “*Ah, vá matar o Inocêncio e me deixe em segundo plano*”. Inocêncio disse: “*Você faz essas brincadeiras...*” Eu disse: “*Tem que ir primeiro o Presidente. Ora, ela vai matar o Diretor primeiro?*”. Era uma questão de hierarquia.

<sup>41</sup> Paulo Mincarone (1929-1997). Deputado Federal - RS (1959-1964; 1983-1987; 1987-1991).

<sup>42</sup> Raquel Cândido e Silva (1951-). Deputada Federal – RO (1987-1991; 1991-1994).

<sup>43</sup> Inocêncio Gomes de Oliveira (1938-). Deputado Federal – PE (1975-1979; 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991; 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015). Presidente da Câmara dos Deputados, 1993-1994.



Dos Presidentes por que passei, o Dr. Flávio Marcílio era um homem benquisto pela Casa inteira, tanto que foi Presidente três vezes. Era realmente uma liderança lá dentro. Depois do Flávio, veio o Dr. Ulysses<sup>44</sup>. Aí veio a Constituinte. Depois, veio o Paes de Andrade<sup>45</sup>, se não me engano. Paes de Andrade também ocupou várias vezes a Presidência da República, um homem sério. Também não se metia na administração, não. Mas houve aquele episódio de Mombaça<sup>46</sup>. A imprensa deu muita importância àquela viagem, mas não disse que o Deputado Paes de Andrade ocupou todos os cargos que existem na Câmara, foi Presidente da República várias vezes, e morreu sem ter sequer, acho, um apartamento para morar. Era um homem sério, da maior honestidade. Morreu pobre, não tinha nada. Isso ninguém exalta, não é? Ele fez uma viagem a Mombaça. Acho até que é um negócio natural. O sujeito assume a Presidência da República e vai a sua cidade natal. Não tinha nada a ver, e fizeram um escândalo danado. Mas foi um ótimo Presidente. Depois veio o Ibsen Pinheiro, que foi o Presidente do *impeachment* do Collor. Depois, veio o Luís Eduardo. Na minha opinião, hoje deveria ser o Presidente da República, se não tivesse ocorrido aquela fatalidade. Seria um grande Presidente.

## 28. A saída do cargo de Diretor-Geral

O fato é que já estava no cargo há muito tempo mesmo. Ninguém dura num cargo em comissão vinte anos. É realmente tempo demais. Mas, em relação ao Aécio, ele era meu amigo, sempre foi meu amigo. O Aécio, antes de ser candidato, já me havia feito o convite para permanecer no cargo. Ele disse: *“Se eu for Presidente, ninguém toca em você”*. Até disse a ele: *“Aécio, eu sou profissional, ocupo um cargo em comissão. A administração de uma Casa como esta tem interesses muito grandes. Eu tenho certeza de que o Dr. Fernando Henrique não está muito feliz com a minha atuação aqui, não. E ele é o presidente do seu partido, além de ser o Presidente da República”*. *“Não, eu vou mudar a opinião dele.”* Mas depois ainda fiquei seis meses com ele. Acho que houve um acordo partidário, que até me orgulha muito. Ele fez acordo com o Dr. Geddel Vieira Lima. Foi um grande parlamentar, e hoje, coitado, está na Papuda. Acho que ele, para se eleger, fez um acordo com o Geddel, um grande acordo. E aí, antes mesmo

<sup>44</sup> Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Deputado Federal – SP (1951-1955; 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967; 1967-1971; 1971-1975; 1975-1979; 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991; 1991-1995). Foi Presidente da Câmara dos Deputados de 1956-1958, 1985-1986, 1987-1988.

<sup>45</sup> Antonio Paes de Andrade (1927-2015). Deputado Federal – CE (1963-1967; 1967-1971; 1971-1975; 1975-1979; 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991; 1995-1999). Presidente da Câmara dos Deputados, 1989-1990.

<sup>46</sup> Mombaça (CE) é a cidade natal do Deputado Antônio Paes de Andrade. Referência a uma viagem oficial de Paes de Andrade à cidade enquanto presidente interino.



---

de ele me dizer qualquer coisa, eu botei o cargo à disposição, pedi demissão, pedi aposentadoria e saí. Não houve trauma, não. Eu me dou bem com ele hoje. Não tenho nenhum problema com o Dr. Aécio. Mas não pedi nada para ele, nunca, em momento nenhum. Ele é que dizia que tinha compromisso comigo.

## **29. Depois da Diretoria-Geral**

Eu fui cuidar da instalação do Incor – Instituto do Coração, a pedido do Aécio, para terminar a obra lá. Achavam que, se eu sáísse, ia parar. Achavam, mas não iria parar coisa nenhuma. Fiquei um período lá cuidando da construção do Incor, em Brasília, que, infelizmente, desativaram e passaram para esse instituto do Rio Grande do Sul. Foi uma boa coisa. Motivou, inclusive, outros hospitais a melhorarem lá em Brasília. Antigamente, era aquela história de o avião da ponte-aérea ser o melhor médico de Brasília, porque levava para São Paulo. Isso acabou. Inclusive causou muita ciúmeira em São Paulo, porque passamos a ter um bom hospital de cardiologia em Brasília. Acho que foi um grande negócio para Brasília.

## **30. Ontem e hoje na administração da Câmara dos Deputados**

Eu acho que antigamente, com os militares, era melhor. Acho que os militares têm mais espírito público. Eles respeitaram muito. Eles não interferiram na Câmara, a não ser quando fecharam a Câmara, quando houve aquela intervenção do General Meira Matos<sup>47</sup>. Mas, no funcionamento da Câmara, eles nunca interferiram, não. Nunca interferiram, pelo menos no período que eu assisti, mesmo antes de ser diretor. Eu era da Comissão de Orçamento. Nunca se meteram lá. Não havia esses escândalos que há hoje. Pode ter havido um ou outro deslizezinho. Mas, pelo menos, essa roubalheira que está no País hoje, não havia com os militares.

## **II. A Diretoria-Geral na Constituinte**

### **1. Visão geral da Constituinte**

O Brasil vivia na época uma crise, como vivemos hoje. Naquela época também não era diferente. A solução preconizada, principalmente pelo Deputado Ulysses Guimarães, era uma

---

<sup>47</sup> Carlos de Meira Matos (1913 — 2007). General de Divisão. Cercou o Congresso em 1965 a mando do Presidente da República. V. <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-de-meira-matos>



Constituinte, que iria, então, reverter muita coisa que se achava ultrapassada. E assim foi, caminhou-se para a Constituinte.

A minha parte não era tanto da política, era mais de suporte administrativo da Constituinte. Nós não tínhamos muita repercussão nesse sentido. Mas a Constituinte era uma coisa que todo mundo queria. A Constituição anterior havia sido feita ainda no regime militar, em 1967, se não me engano. Havia necessidade de uma mudança. Acho que isso foi o que motivou o País inteiro a trabalhar em função de uma nova Constituição.

A constituinte movimentou muito o País. Movimentou principalmente a Câmara, onde funcionou a Constituinte. As corporações, os sindicatos, as entidades de classe, toda essa gente passou a frequentar a Câmara com assiduidade. Antigamente, nós calculávamos uma média de dez a quinze mil pessoas na Câmara. Durante a Constituinte esse valor dobrou, porque o País inteiro procurava os parlamentares para reivindicar mudanças.

## **2. A segurança da Constituinte**

Havia manifestações, porque todo mundo queria aproveitar para fazer alguma alteração que o beneficiasse, principalmente as corporações de funcionários nos Estados. Mas tudo foi normal, não houve nada que criasse problema mesmo. O que havia de problema realmente era o assédio, as pessoas querendo acesso aos deputados, acesso às autoridades, aos parlamentares mais importantes, como o Relator, que era o Bernardo Cabral<sup>48</sup>, e o Presidente da Comissão de Sistematização, que era o Nelson Jobim<sup>49</sup>, o Dr. Ulysses. Algumas áreas, como o gabinete do Presidente, o gabinete do Relator ou o do Presidente da Comissão de Sistematização, tinham que ser mais protegidas, senão não se trabalhava. Não iam funcionar, visto que tanta gente aparecia para tentar conversar com essas autoridades. A proteção era feita pela segurança, segurança normal. Havia muita gente que queria entrar no plenário — coisa nossa mesmo.

Nós, da parte administrativa, não tivemos muitos problemas, mas a segurança, sim, de tanta gente que lá andava no prédio da Câmara. Ali, volta e meia havia índio, lavrador. Entravam com foice, com enxada... Mas o episódio piorzinho foi o da CUT – Central Única dos Trabalhadores. Estava lá um barbudo grandão — acho que ele devia ter 1,90m — a gritar

---

<sup>48</sup> José Bernardo Cabral (1932-). Deputado Federal – AM (1967-1969; 1987-1991). Ministro da Justiça (1990-1990); Senador – AM (1995-2003). Relator da Constituinte.

<sup>49</sup> O Deputado Nelson Jobim foi relator-adjunto da Comissão de Sistematização.



palavrão para todo mundo. Aí tivemos que usar um pouco de energia, e ele foi colocado para fora.

É muito natural do brasileiro dar o jeitinho de botar alguém para dentro, botar ali para estar... Eu até tive que afastar o Diretor de Segurança do Senado<sup>50</sup>, com o apoio do Dr. Ulysses, porque implicava outra Casa. A segurança, no funcionamento da Constituinte, uniu as administrações da Câmara e do Senado, ficando sob o comando da Câmara. A Diretoria-Geral da Câmara que passou a comandar. Mas correu tudo bem, de maneira geral.

### **3. A concentração das atividades na Câmara**

Porque havia espaço se concentrou tudo na Câmara. O plenário no Senado é muito pequeno, para 82 senadores. Então a maior parte funcionou na Câmara. Até o Líder do PMDB, que era o Senador Mário Covas<sup>51</sup>, foi se instalar na Câmara, porque o Senado, além de distante, não tinha grandes espaços. Aí, não tivemos problema, não. Embora as instalações naquela época fossem bem mais precárias, não houve maiores problemas, a não ser com o assédio das corporações, dessa gente que vinha para reivindicar, apresentar sugestões.

Aquilo lá é muito grande, a Câmara é muito grande — ainda mais porque envolveu também o Senado. A relação com o Senado foi boa, porque eu me valia muito da autoridade do Dr. Ulysses, e o Senador Humberto Lucena<sup>52</sup> estava numa situação, assim, muito discreta. Não houve maiores problemas, funcionou bem. Naturalmente, havia as consultorias, o pessoal de apoio do Senado apoiava os senadores; e do lado de cá, havia a Consultoria da Câmara e a parte de apoio administrativo da Câmara dos Deputados. Corria tudo bem. Não faltou gente. O que havia era uma carga de trabalho maior, porque as sessões iam muito longe. Mas correu tudo bem. O Dr. Ulysses aguentava, com a idade avançada que já tinha. Se ele aguentava, nós funcionários não tínhamos que falar nada.

### **4. As instalações e as reclamações**

Em 1988, realmente, as instalações eram muito ruins, mas não houve, assim, grandes reclamações. Eram ruins. Realmente, eram instalações muito precárias, coisa que nunca foi

---

<sup>50</sup> Francisco Pereira da Silva.

<sup>51</sup> Mário Covas (1930-2001). Deputado Federal – SP (1963-1967; 1967-1971; 1983-1987). Senador – SP (1987-1995). Governador de São Paulo (1995-2001).

<sup>52</sup> Humberto Coutinho de Lucena (1928-1998). Deputado Federal – PB (1959-1963; 1963-1967; 1967-1971; 1975-1979). Senador – PB (1979-1987; 1987-1995; 1995-1998). Presidente do Senado (1987-1989; 1993-1995).



mexida desde a fundação de Brasília, em 1960. Em 28 anos — de 1960 a 1988 — nunca foi feito nada ali. Hoje, não. Hoje, todas aquelas áreas estão reformadas e em boa situação, mas na época a situação era ruim. Aquele prédio das Comissões ainda não havia sido reformado, então realmente as condições eram muito ruins. Mas não houve muitas reclamações, não.

Quem reclamava era o Mário Covas. O Mário Covas vivia reclamando. Aí o Dr. Ulysses me disse: *“Vai lá, conversa com o Senador e veja o que ele está querendo”*. Ele queria móvel, tapete, telefone, essas coisas e tal. Aqui para nós, ele era um homem meio difícil de conversar. Eu fui, ouvi, voltei: *“Dr. Ulysses, ele quer tapete, sofá...”*. O Dr. Ulysses perguntou: *“É tem dinheiro?”* Eu respondi: *“Não tem”*. *“Então, não dê nada. Pronto”*.

Inclusive, nas instalações da Liderança funcionava a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, e realmente eram bem ruins as instalações. Mas, depois dessa conversa que tive com o Senador e que passei para o Dr. Ulysses, naturalmente o Dr. Ulysses deve ter conversado com ele, não teve mais reclamação, não teve mais nada. Funcionou normalmente, sem maiores reclamações. Não teve problema.

A maioria dos funcionários da Liderança do MDB veio do Senado. A Liderança pegou um espaço bom. Em matéria de espaço, a Comissão de Relações Exteriores, mesmo antes da reforma, tinha uma boa instalação, mas estava tudo muito velho. Mas também ele parou, ficou por ali e não reclamou mais não.

## **5. A atuação dos servidores para a Constituinte**

Não houve preparação para trabalhar na Constituinte. O pessoal da Câmara é muito bem preparado, tanto da Câmara quanto do Senado. Nós temos ótimas consultorias e na parte de apoio administrativo, na parte mais burocrática, não havia necessidade de treinamento. Não houve nada. A Câmara passou a funcionar como Constituinte, como Assembleia Nacional Constituinte, mas não houve preparação, porque a Câmara tem um quadro de funcionários de primeiro nível. Havia o grupo de apoio à Constituinte ficava a cargo dos diretores. Eles é que indicavam os servidores. E a coisa funcionou, viu? Porque tanto a Câmara quanto o Senado — eu acho a Câmara era melhor do que o Senado, cá para nós — funcionaram bem.

O funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte e o funcionamento normal da Câmara são muito parecidos. A Constituinte só intensificou, mas o funcionamento é o mesmo. E passou a contar também com o apoio do pessoal do Senado. Então, não houve mudança. As novidades, como as emendas populares, não alteraram aquele funcionamento burocrático que



existia já há anos. A Câmara sempre funcionou bem. Não teve alteração, apenas se intensificaram, naturalmente, as sessões de plenário, a movimentação de gente, inclusive o assédio, o *lobby* dessa gente toda. Intensificou! Mas, no fundo, no fundo, é o que a Câmara e o Senado sempre fizeram. É claro que houve mais sessões, iam mais longe, essa coisa toda. Mas isso não afetou o trabalho, não. Na minha opinião, a Câmara continuou a sua rotina. Apenas cresceu um pouco o movimento de gente.

Eu, quando trabalhei na Comissão de Orçamento, lá mesmo nós largávamos o couro, porque o Orçamento tinha prazo constitucional, dia 30 de novembro. Nós tivemos ano com 120 mil emendas. Era uma loucura! E a coisa ficava para a última hora. Nós íamos para a Imprensa Nacional e passávamos praticamente dois ou três dias sem dormir, conferindo a prova para impressão. Naquela época, não tinha computador, não tinha nada. Nós íamos àquelas máquinas enormes da Imprensa Nacional para corrigir. O Orçamento não pode ter erro de soma. Então, nos três últimos dias, se não fôssemos para a Imprensa, não saía o Orçamento. Aquilo era linotipo. Hoje é tudo computadorizado. É uma beleza! Ali eram as únicas vezes realmente em que largávamos o couro. Eram três, quatro dias lá, sem sair da Imprensa. As máquinas iam soltando as provas de imprensa, como se chama, conferíamos, voltavam e corrigiam, corrigiam. Era de matar. Aquilo era fora de série. Nunca vi isso, não.

Na Constituinte, pelo menos na parte administrativa, não chegou a haver esse estresse porque havia um bom Diretor-Geral. A coisa era bem organizada.

## **6. O poder administrativo**

Não houve uma pressão para contratar gente. As contratações foram muito poucas, não é? Assim, pelo que me lembre, o Miguel Reale<sup>53</sup>, que estava lá assessorando o Dr. Ulysses; aquele que foi presidente do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social... Qual é o nome?<sup>54</sup> Pelo que me lembre, assim, não houve pressão, não. Nem dispensa de licitação não fizemos, não. Acho que não houve nenhum problema. Realmente, na Constituinte, houve algumas gratificações.

Houve um sujeito só que não recebeu. Fui eu. Era eu que fazia a gratificação, eu que a atribuía. Como eu ia botar para mim mesmo? Mas foi até bom, porque o Deputado Paulo Mincarone, do Rio Grande do Sul, fez uma acusação à Mesa, pediu reunião secreta, disse que

<sup>53</sup> Miguel Reale Júnior (1944-). Ministro da Justiça (2002). Assessor da Presidência durante a Constituinte.

<sup>54</sup> Provavelmente José Roberto Rodrigues Afonso, que foi Superintendente do BNDES.





eu estava acumulando o salário de Diretor-Geral da Câmara com o de Diretor-Geral da Constituinte. Foi um negócio desagradável. Aí, o Dr. Ulysses me perguntou, e eu disse: “*Eu não ganho nada, não. Eu fiz umas gratificações acordadas, mas, para mim, não. Não tem nada, não*”. Aí, ele disse: “*Então, faça uma carta para o 1º Secretário, e eu vou convocar a Mesa*”. Falei que tudo bem. Aí, eu botei na carta: “*S.Exa, o Deputado Paulo Mincarone, demonstra, ao fazer tal acusação, desconhecimento das normas mais elementares de administração pública, quando acusa o Diretor-Geral de acumulação de cargos, quando há na verdade acumulação de encargos, porque o Diretor-Geral nada recebe*”. Aí falei: “*Eu não tenho ganhado nada*”. Falei tudo, na frente dele, na maior cara de pau. Foi uma risada na Mesa. Aí, o Dr. Ulysses disse: “*O Diretor já explicou, está encerrado o assunto. Está encerrada a reunião. Acabou a reunião*”. Agora, se tivesse posto gratificação para mim, estava lascado, não é? Mas quanto à acumulação, ele disse que a acumulação era de cargo, que estava acumulando e que ganhava dois cargos de Diretor-Geral.

Ele era o 2º Vice-Presidente da Constituinte<sup>55</sup>. Ele queria ser Presidente. Então, vivia se metendo em tudo. Mas depois o mataram. Ele morreu em São Paulo, levou cinco tiros na cabeça lá. Um motoboy passou, disse para ele se afastar do carro e o matou. Disse o Luís Eduardo na época que fui eu que mandei matar. O Luís Eduardo dizia “*Pô, mandou matar o homem aí*”. Mas não teve nada, não. Teve uma gratificaçõzinha lá para os deputados também.

Eu só tive encrenca com o Paulo Mincarone — só com esse Mincarone. Com o resto me dava bem. Mas não tinha... O Dr. Ulysses era um homem muito assediado. Como é que ele ia cuidar de administração? E ele confiava em mim. Ele me fez o convite no Hotel das Nações. Chamou-me lá. Eu estava até no Clube do Congresso, jogando sinuca naquele dia. Ele me chamou para fazer o convite. Disse: “*Olha, mudou a República, mudou o País, e a Câmara também tem que mudar*”. Então, fez-me o convite. Mas não queria convidar o Paulo Afonso<sup>56</sup>, não.

---

<sup>55</sup> O Deputado Paulo Mincarone foi o Segundo Vice-Presidente da Câmara dos Deputados no período de 1987-1988. O segundo Vice-Presidente da Constituinte foi o Deputado Jorge Arbage.

<sup>56</sup> Paulo Afonso Martins de Oliveira (1927-2005). Secretário-Geral da Mesa (1965-1988). Ministro do TCU (1988-1997).



## 7. Gratificação

Normalmente os servidores já ganhavam hora extra quando trabalhavam mais, a noturna, etc. Resolveu-se fazer gratificação porque senão tem gente que exagera. Você faz um negócio uniforme, é uma decisão para todo mundo, de acordo com a atribuição que cada um tem. No caso de hora extra, tem gente que pode começar a carregar nas horas, criar problemas, dizer que trabalhou, que isso e aquilo. Como você vai controlar isso?

A gratificação era de acordo com o que o funcionário fazia, com o desempenho de cada um. Olha, a administração ali eu vou comparar a juiz de futebol. Quando ninguém fala nada, é porque funcionou bem. Acho que não teve reclamação quanto à administração da Câmara. Acho que não teve nenhuma. A única coisa que dava problema era realmente o assédio, pessoas querendo entrar no plenário, mulher de deputado, mulher de senador. Mas quanto ao funcionamento da administração, não me lembro de ter tido problemas, não.

O pagamento é sempre proporcional ao que o sujeito ganha, não é? A gratificação de deputado era R\$50,00, se não me engano. O Dr. Ulysses não queria dar nada. Os candidatos a Líder do PMDB eram o Mário Covas e o Luiz Henrique<sup>57</sup>, que foi governador aqui. Eu disse: *“Dr. Ulysses, o Luiz Henrique vai perder a eleição”*. Aí se disse que o Mário Covas fez um belíssimo discurso. Que nada! Era porque o Dr. Ulysses não queria pagar gratificação. Foi isso aí que derrotou o Luiz. Eu disse a ele: *“O senhor tem que dar”*. *“Não dou”*, ele dizia. *“Mas o senhor tem que dar, porque os deputados estão realmente ganhando pouco. Eles estão ganhando pouco. O senhor tem que fazer alguma coisa.”* *“Ah, não faço!”* Não queria nem por nada. Depois teve que fazer. Mas, na minha opinião, o que derrotou o Luiz Henrique, na eleição para Líder do PMDB, foi a falta de gratificação. O Dr. Ulysses não queria dar nada. Ele não tinha dinheiro, o Dr. Ulysses não usava dinheiro. Ele tinha um secretário, o Oswaldo Manicardi. Se ele tomasse um cafezinho, o Oswaldo é que pagava. Ele não tinha dinheiro para nada.

Ele era realmente mão de vaca. A D. Mora, quando ele mudou para a casa da Presidência, foi com uma funcionária da Câmara lá. Comprou uns móveis, comprou quadros, coisa e tal. Ela foi lá. Depois o Dr. Ulysses disse: *“Anula tudo! Devolve os móveis todos!”* *“Mas como é que eu vou falar com a D. Mora?”*, eu dizia. *“Não, quem fala com a Mora sou eu. Cancela tudo!”* Cancelou tudo, não deixou comprar um sofá. Ele disse: *“A Mora é problema meu, você cancela tudo!”* Ele tinha horror ao que estava... Ele achava que Brasília é que era a

---

<sup>57</sup> Luiz Henrique da Silveira (1940-2015). Deputado Federal – SC (1975-1977; 1983-1987; 1987-1991; 1991-1995; 1995-1996). Governador de Santa Catarina (2003-2006; 2007-2010). Senador – SC (2011-2015).



---

responsável por essa confusão de gasto, de salário, o diabo a quatro. Ele disse que, quando foi Ministro no Rio, só tinha um secretário, que ele levou. Não tinha mais ninguém. Ia de bonde para o Ministério. Foi Ministro da Viação<sup>58</sup>, eu acho. Ele se dizia horrorizado com algumas despesas e coisas assim. Com ele não tinha, não. Os móveis já estavam lá na casa do Presidente. Voltou tudo.

### **8. A montagem da equipe diretora na administração de Ulysses Guimarães**

Quando o Dr. Ulysses entrou, ele me disse: “*Mude os diretores que você quiser*”. A maioria era de Paulo Afonso, alguns, de Luciano. “*Posso?*” “*Muda tudo*”. Eu disse: “*Tudo bem*”. E eu mudei tudo. Mas eu coloquei o melhor de cada setor. Ninguém pode dizer na Câmara... Uma vez o sindicato queria eleição para diretor. Eu disse: “*Negativo! Aponta um diretor meu aí que não seja o melhor do setor. Aponta um*”. Não havia. Coloquei os melhores! O critério foi esse. Não havia nenhum lá de favor. Pelo menos, na época, eram os melhores. Não tinha nenhum diretor indicado por deputado ou partido político. Hoje mudou. Mas quem me deu liberdade foi o Dr. Ulysses.

### **9. A relação Diretoria-Geral e Presidência**

A Câmara funcionava, mas muito pouco, praticamente não funcionou. Do jeito como foi feita, a coisa funcionou bem. O Dr. Ulysses, que Deus o tenha, comandou aquilo com pulso de ferro. A capacidade de trabalho dele até hoje me impressiona, porque o acompanhava de perto. Ele ficava lá presidindo, raramente se levantava e ia até altas horas. O mais impressionante, para mim, é que, normalmente, ele saía e ainda ia jantar no Restaurante Piantella. Ele gostava de uma bebida chamada Poire, isso faz parte da lenda, mas às 7 horas da manhã eu ia despachar com ele na casa dele. Às 7 horas da manhã eu chegava lá e ele já estava pronto, arrumado, porque durante o dia não dava para ter conversa administrativa, era só política. Então, antes de ir para a Câmara, às 7 horas eu passava na casa dele. Despachava e depois ia com ele para a Câmara. Dali em diante não dava mais para conversar com ele, porque o assédio era muito grande.

---

<sup>58</sup> O Deputado Ulysses Guimarães foi Ministro da Indústria e Comércio (1961-1962) no gabinete parlamentarista de Tancredo Neves. V. [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ulisses\\_guimaraes](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ulisses_guimaraes)



Ele tinha que cuidar da parte política, o que já era coisa demais, e então me deu realmente autonomia sobre a parte administrativa. Agora, cabia a mim ter bom senso. Nunca fiz nada na administração da Câmara sem conversar com ele antes, e a hora que usávamos era essa. Ficávamos das 7 horas da manhã às 8 horas, 8 horas e pouco, e depois íamos para a Câmara. Eu não só pedia permissão para fazer determinadas coisas, como também dava conhecimento de tudo o que estava sendo feito. Então ele tinha perfeito conhecimento, sabia de tudo, tanto na parte política quanto na parte administrativa.

Na época da Constituinte, havia feito recentemente uma cirurgia no joelho, mas fui lá de muletas cumprir o horário e atender o pessoal. Eu realmente fazia questão de chegar cedo à Câmara e não tinha hora. Podem me criticar por muita coisa, mas não pela ausência. Aí, não, porque eu estava lá presente e sabia de tudo. Então, acho que aí não tem crítica, não.

Durante a Constituinte, a rotina não alterou não. O despacho na Casa do Presidente foi só com o Dr. Ulysses. Claro que eu ia, eventualmente, à casa do Presidente, mas não como rotina. À casa do Dr. Ulysses, ia todo dia. Às 7 horas da manhã, eu já estava lá. Isso aí me dava oportunidade de conversar com tranquilidade com ele e mostrar os problemas todinhos, despachar os processos todos. Ele assinava tudo lá. E ele sabia de tudo, viu? O Dr. Ulysses era muito interessante. Eu dizia: *“Dr. Ulysses, esses processos aqui eu vou trazer para o senhor, com uma separação. Aqui, o que é rotina; e, aqui, o que não é. E aí vou explicar para o senhor”*. Mas eu achava que ele nem olhava. Um dia, ele assinando um de rotina, que não tinha importância nenhuma, ele pegou, segurou e com a caneta assim disse: *“Isso aqui o que é?”* Ele estava olhando, ele estava olhando. Eu achava que esses que eu dizia que eram de rotina ele não ia olhar, mas ele estava de olho. Mas ele realmente me dava autonomia e, durante o dia, raramente precisava falar com ele. De manhã, a gente matava o que tinha que matar.

## 10. O lobby

A rigor, a rigor mesmo, foram três os setores que funcionavam: o do Relator; o do Nelson Jobim, na sistematização; e o do Presidente. Para o resto, a rotina era praticamente a mesma coisa, não houve grandes demandas. Mas esses três setores, principalmente o da sistematização... Ali o assédio era grande. Eu mesmo ia às vezes para falar com o Bernardo e o Jobim ou com alguém lá, e era complicado, muito complicado. Este era o grande problema lá: o assédio. Não quero falar do Ministério Público, não, mas eles, na época, pressionaram para danar, porque eles queriam ser um poder. Esse era um grupo forte que vivia lá.



Esses grupos todos tinham uma credencial. Era uma forma de tratar os *lobbies* das pessoas, as pressões. Isso aí ficou com a Primeira Secretaria. Até hoje eles credenciam entidades de classe. Essas coisas todas ainda são credenciadas lá, não é? Era uma forma de reconhecer o *lobby*. Além do Ministério Público outro *lobby* forte no momento da Constituinte era o do Judiciário. O Ministério Público queria uma equiparação com o Judiciário, é claro, porque era melhor do que com o Executivo. Esses trabalharam muito lá. Havia pressões de todo mundo, sindicato, tudo. Isso graças a Deus não passava pela administração. Ia direto lá.

Na Constituição era todo mundo. Havia deputado estadual, vereador. Essa gente vivia lá. Era só este o problema: muita gente. Eu não sei lhe dizer especificamente cada uma das categorias, mas me lembro bem do Ministério Público. Esse trabalhou muito. O Jobim queria fazer uma reforma da Constituição, mas não conseguiu.

Tirar poderes hoje de quem combate a roubalheira é difícil. Agora é que eles estão sofrendo uma criticazinha por terem aprovado o pedido de aumento para eles. Um cara de televisão como você ganha muito. Veja o caso do Faustão<sup>59</sup>, dizem que recebe cinco milhões de reais por mês. Quem é que foi contratado agora pelo Palmeiras? O Felipão<sup>60</sup>. Ele vai receber setecentos mil reais por mês. Eles acham isso normal, mas acham que um Ministro do Supremo Tribunal Federal ganhar trinta mil reais é muito. Esses são os que mais criticam. Aqui para nós: um deputado ganha trinta mil reais. Só louco se mete em política. Ou, então, a pessoa é muito rica e vaidosa. Vai haver eleição agora. Dizem que, com menos de dois milhões, três milhões de reais, ninguém se elege deputado. Nos quatro anos de mandato, o cara não ganha isso. De onde é que vem o dinheiro? O sistema é viciado. Dizem que a campanha para deputado federal é na faixa dos quatro milhões, cinco milhões de reais. Se o cara ganha trinta mil reais, dá um e meio milhão de reais nos quatro anos. O cara gasta quatro milhões, cinco milhões de reais na eleição. A conta não fecha. Com raras exceções, quem não gastar isso não se elege.

## 11. Bernardo Cabral

Bernardo era um craque. Eu acho Bernardo Cabral um craque. Craque no relacionamento com as pessoas. Ele é jeitoso para danar. Raras vezes eu vi um sujeito tão jeitoso como Bernardo Cabral. Não é à toa que ele deu o golpe naquela Ministra da Fazenda<sup>61</sup>. Deu o

<sup>59</sup> Fausto Corrêa da Silva (1950-). Apresentador de televisão.

<sup>60</sup> Luiz Felipe Scolari (1948-). Técnico de futebol.

<sup>61</sup> Referência a Zélia Cardoso de Mello (1953-). Ministra da Fazenda no Governo Collor.



golpe do dentista em Paris: disse que ia ao dentista e se mandou. Bernardo era um craque; Jobim era um cara organizado. Mas não creio que eles tivessem tido muita pressão, não. Mas, pressionar, todo mundo pressionava. Veja até que na Constituição há um artigo que isenta de imposto... Isenta, não, proíbe instituir imposto sobre jornal, revista, livros, inclusive sobre o papel destinado à impressão. Isso não veio de graça. Quer dizer, *O Globo*, a *Folha de S. Paulo* pressionavam... O Governo está proibido... É proibido instituir imposto sobre o jornal e o papel destinados à sua impressão. Aí você imagina. Todo mundo pressionou. Eu não acompanhava muito isso, mas acredito que nessa parte de impostos deve haver muita coisa que é resultado de *lobby*.

## 12. As medalhas comemorativas da Constituição

A medalha foi o Dr. Ulysses quem quis, porque, realmente, a Constituição era um fato histórico. Ele quis fazer uma medalha comemorativa. Foi realmente uma iniciativa dele, do Dr. Ulysses. Nós mandamos fazer. Depois, um cara lá do Rio Grande do Sul<sup>62</sup> entrou com uma ação popular. Aí travou o processo. A medalha não pôde ser distribuída no final da Constituinte porque estava *sub judice*. Depois a Justiça do Rio Grande do Sul queria que o Tito<sup>63</sup>, enteado do Dr. Ulysses, pagasse como herdeiro. Eu fui ao STJ – Superior Tribunal de Justiça falar com o Presidente e disse que aquilo era absurdo: “*A medalha comemorativa de um fato como a Constituição não tem nada de irregular. Aliás, o próprio STJ tem medalha. Os Tribunais do Trabalho, os Tribunais Militares e os Ministérios Militares também dão medalhas. O que é isso? Agora a Constituinte vai pagar? A Constituinte não pode?*” Aí ele disse: “*Não, você tem toda razão*”. Ele conseguiu lá não sei como arquivar.

Elas foram cunhadas e ficaram guardadas. Não lembro se foi na Câmara ou no Banco Central. Não lembro, mas acho que foi no Banco Central. Agora houve essa distribuição fajuta. A medalha foi feita para condecorar os que trabalharam na Constituição, aquelas pessoas que fizeram parte da Constituinte: o Presidente da Câmara, o Dr. Ulisses, o Presidente do Senado. Acho que quem recebeu a medalha foi o Senador Renan<sup>64</sup>, mas o Presidente do Senado era o Senador Humberto Lucena. Na minha opinião, quem deveria receber a medalha no lugar do

<sup>62</sup> Antonio Pani Beiriz. Advogado gaúcho.

<sup>63</sup> Tito Henrique da Silva Neto.

<sup>64</sup> José Renan Vasconcelos Calheiros (1955-). Deputado Federal – AL (1983-1987; 1987-1991). Ministro da Justiça (1998-1999). Senador – AL (1995-2003; 2003-2011; 2011-2019; 2019-2026). Presidente do Senado (2005-2007; 2013-2017).



Senador Humberto Lucena era a família dele, para guardar isso como uma lembrança dele. A do Presidente do Supremo acho que deram ao Ministro Joaquim Barbosa<sup>65</sup>, que não era nem ministro na Constituinte. A do Presidente da República deram à Presidente Dilma<sup>66</sup>, e ela não era nada. O Presidente da República era o Senador José Sarney. Então, acho que essa distribuição foi indevida. O Presidente da Câmara, Henrique Alves<sup>67</sup>, não tinha autoridade para mudar a destinação dessas medalhas que foram destinadas a comemorar pessoas que participaram, que deram sua colaboração, que contribuíram para a Constituição. A Presidente Dilma que me perdoe, mas ela não era nada, era funcionária no Rio Grande do Sul de alguma coisa lá, assim como o Joaquim Barbosa também não era. O Presidente do Supremo à época, sim, deveria ter recebido. Foi uma distribuição indevida e feita demagogicamente pelo Presidente Henrique Alves, o pior Presidente da Câmara, na minha opinião. Ele tentou colher os frutos depois.

A reclamação quanto às medalhas era porque era gasto de dinheiro público indevido, não se podia fazê-las. Aí o cara entrou lá só com uma ação — sei lá quem era, era um advogado, não lembro quem foi. Mas é porque não podia ser feito com dinheiro público. E como não pode? Em qualquer Ministério há essas medalhas comemorativas, no das Forças Armadas, principalmente. Isso demorou tanto para se resolve porque ação na Justiça, ação popular, geralmente demora. Demorou bastante, mas não chegou a sair do Rio Grande do Sul, não. Estou tentando me lembrar do Presidente do STJ, que era um gaúcho. Bom, mas foi resolvido. Foi resolvido e mal distribuídas as medalhas. Mas esta da Constituinte virou pecado à época. E essa distribuição que foi feita por Henrique Alves eu não aceitei, não

### **13. Medalha recebida do Tribunal de Contas de SC**

Meu trabalho não tinha nada em especial, não. Acharam que eu era um bom brasileiro e resolveram dar-me a medalha. Eles também iam muito lá, na Constituinte, os tribunais de

---

<sup>65</sup> Joaquim Benedito Barbosa Gomes (1954-). Ministro do Supremo Tribunal Federal (2003-2014). Presidente do STF (2012-2014).

<sup>66</sup> Dilma Vana Rousseff. Ministra de Minas e Energia (2003-2005). Ministra-Chefe da Casa Civil (2005-2010). Presidente do Brasil (2011-2014; 2015-2016).

<sup>67</sup> Henrique Eduardo Lyra Alves (1948-). Deputado Federal – RN (1971-1975; 1975-1979; 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991; 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015). Presidente da câmara dos Deputados (2013-2015). Ministro do Turismo (2015-2016).



---

contas de um modo geral. Sempre tive um bom relacionamento. É uma medalha importante. Eles só dão uma por ano.

#### **14. Temas mais importantes discutidos na Constituinte**

Acho que o tema direitos humanos, é claro, merece destaque. Houve também uma definição do Ministério Público, que ficava entre o Judiciário e o Executivo, pois ninguém sabia direito o que era, e foi bem esclarecido. Criaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que não existia, e é uma boa orientação para o orçamento anual dos Três Poderes.

Enfim, a Constituição nossa então em vigor era de 1967. Ela era mais autoritária, porque foi feita durante o regime militar. Inclusive o Relator, o Senador Antônio Carlos Konder Reis<sup>68</sup>, foi um grande parlamentar, mas ela precisava de adaptação à democracia, porque, naquela época, se reclamava que não era uma democracia plena. A nova Constituição, o Dr. Ulysses a chamava de Cidadã, por isso a parte do capítulo dos direitos humanos era muito importante.

#### **15. Avaliação da Constituinte**

Para mim foi um sucesso. Ninguém falou mal. É porque correu bem. O apoio que nós tínhamos que dar aos Parlamentares foi dado. A Constituição está aí. Acho que, como já te disse, quando ninguém reclama é porque a coisa correu bem. Eu acho que correu bem, o apoio foi dado. Não fugiu muito da nossa rotina. Nós já tínhamos o hábito de fazer aquelas mesmas coisas, só que em proporção muito menor. Mas correu bem. Não sou muito chegado a essa parte política da Constituinte, mas eu acho que funcionou bem. Na época, o Paulo Afonso, que era o Secretário-Geral da Presidência, tinha muita experiência, estava há muito tempo no cargo, conhecia tudo, sabia de tudo ali. Então, acho que não teve... O que houve foi a carga de trabalho. Era um negócio que ia o dia inteiro, até às 23 horas, meia-noite, todos os dias. Era realmente cansativo. Mas o Dr. Ulysses tirou de letra. Acho que se fez o que era possível. Alguns ajustes, naturalmente, será preciso fazer. Mas, de modo geral, acho que a Constituição foi um novo caminho para o País, focou muito os direitos humanos. Acho que está bem. Não sou a pessoa mais abalizada para analisar o conteúdo da Constituição. Mas acho que está bem.

---

<sup>68</sup> Antônio Carlos Konder Reis (1924-2018). Deputado Federal – SC (1955-1959; 1959-1963; 1987-1991; 1999-2003). Senador – SC (1963-1970; 1971-1975). Governador de Santa Catarina (1975-1979).





FICHA TÉCNICA

1 Data: 13/08/2018

2. Local: Residência do entrevistado - Avenida Governador Bornhausen, 3848, Apart.

601-A

3. Duração: 2h32min

4. N° do arquivo: E015

6. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota

7. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota

8. Equipe de vídeo: Teresa Cristina Barbosa Labarrère - (Produtora); Cláudio Adriano Silva (cinegráfiista); Alessandro Santos (Assistente do Cinegráfiista)

09. Responsável pela transcrição: Detaq

10. Data da transcrição: 24/09/2018

11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota